PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

ATA DA 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 01/2026

Data: 29 de Janeiro de 2026

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quinze minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 170ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime de Previdência Municipal, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araujo representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram o Diretor-Presidente, Ali El Kadri, e o Diretor Financeiro, Sidnei França dos Santos.

Aberta a reunião pelo Diretor-Presidente, foi submetida à apreciação a ata da reunião anterior, realizada em dezembro de 2025, cuja leitura prévia havia sido encaminhada aos conselheiros. Não havendo manifestações ou ressalvas, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Diretor Financeiro apresentou o relatório detalhado da carteira de investimentos referente ao exercício de 2025. Informou que a rentabilidade acumulada no período de janeiro a dezembro de 2025 totalizou R$ 115.046.443,20 (cento e quinze milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), correspondendo a uma rentabilidade acumulada de 13,838% no exercício, superando a meta atuarial estabelecida em 9,52% para o período. Informou, ainda, que o patrimônio líquido do RPPS encerrou o exercício no montante de R$ 1.040.744.508,55 (um bilhão, quarenta milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Registrou que o Ibovespa encerrou o ano com variação positiva de 33,95%. Quanto à movimentação da carteira, comunicou o resgate integral do fundo *Trígono Flagship*, no valor de R$ 4.879.695,73 (quatro milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos), considerando desempenho inferior ao esperado e deliberação do Comitê de Investimentos, com realocação dos recursos em ativos de renda fixa, em observância aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, conforme diretrizes da política de investimentos e regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional. Informou que seis fundos apresentaram rentabilidade superior a 30% no exercício, enquanto 67 fundos obtiveram desempenho positivo e sete apresentaram rentabilidade negativa, caracterizados como fundos em processo de estresse ou com prazos de liquidação mais alongados. Esclareceu, ainda, que os fundos atrelados a BDRs apresentaram desempenho negativo no período, em razão da variação cambial. A Conselheira Thaís Andressa de Leão questionou acerca da meta atuarial para o exercício de 2026, sendo informado que a meta projetada é de 5,8%, cujo detalhamento técnico será apresentado na próxima reunião, juntamente com os parâmetros atuariais utilizados. Questionou, ainda, acerca da posição dos fundos que vêm sendo objeto de apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Diretor-Presidente informou que o prazo concedido pelo Tribunal encerra-se em março de 2026, ocasião em que será apresentado cronograma de ações contemplando os fundos *Osasco*

Properties e *Care11*, inclusive com definição de prazos para eventual desinvestimento, observando-se os princípios da prudência e da preservação do patrimônio do RPPS. Prosseguindo, o Diretor Financeiro apresentou o relatório das despesas administrativas, informando que, no mês de dezembro de 2025, houve elevação na folha administrativa em razão do pagamento do 13º salário, bem como despesas com diligências técnicas realizadas em instituições financeiras no Rio de Janeiro, relacionadas às Instituições: MAG Investimentos, Meta *Asset Management*, e Icatu Investimentos. As demais despesas mantiveram-se dentro da média mensal, totalizando R$ 767.071,63 (setecentos e sessenta e sete mil, setenta e um reais e sessenta e três centavos) no mês de dezembro e R$ 5.846.583,97 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos) no acumulado do exercício. No tocante aos repasses previdenciários, informou que o Fundo Previdenciário registrou ingresso de R$ 1.745.362,64 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) em dezembro, totalizando R$ 21.221.717,31 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e dezessete reais e trinta e um centavos) no exercício. O Fundo Financeiro, por sua vez, registrou R$ 2.199.597,75 (dois milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) no mês, totalizando R$ 28.476.276,55 (vinte e oito milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) no ano. Quanto às concessões de benefícios, foram concedidas seis aposentadorias vinculadas ao Fundo Previdenciário e uma pensão por morte, todas em conformidade com a legislação vigente. Na área de licitações, informou que foi concluído, em dezembro de 2025, o processo licitatório para contratação de consultoria financeira, sagrando-se vencedora a empresa AMX Consultoria de Investimentos Ltda. Informou, ainda, a realização de pregão, em janeiro de 2026, para contratação de sistema previdenciário, sendo vencedora a empresa Actuary Serviços de Informática Ltda. O Diretor-Presidente comunicou o protocolo, junto à Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e CAGEPAR, de solicitação para realização de censo previdenciário, medida indispensável ao processo de certificação no Pró-Gestão RPPS – Nível II, considerando as 141 ações exigidas no manual do programa. Em seguida, o Diretor Financeiro apresentou a nova política de investimentos elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, de 18 de dezembro de 2025, com vigência a partir de 02 de fevereiro de 2026, a qual substitui a política anteriormente aprovada em dezembro de 2025. Destacou que a nova norma estabelece critérios mais rigorosos quanto à governança, certificações, enquadramento das instituições financeiras, observância de aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), além da exigência de que administradores e gestores estejam classificados nos segmentos S1 ou S2 pelo Banco Central do Brasil. Informou que a estratégia proposta prevê a alocação de 30% dos recursos em títulos públicos federais marcados a mercado e 70% em fundos de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos, totalizando 100% da carteira lastreada em ativos públicos federais, observando o perfil de risco do RPPS e o estágio de maturidade institucional. Informou, ainda, que os fundos atualmente integrantes da carteira permanecerão pelo prazo de até dois anos, período em que serão avaliados pelo Comitê de Investimentos quanto ao desempenho, enquadramento e aderência à nova regulamentação. Esclareceu que será elaborado questionário técnico com critérios objetivos para análise e seleção de produtos financeiros e instituições, reforçando os mecanismos de governança e controle interno. O Conselheiro Paulo Charbub Farah procedeu à leitura das considerações gerais do parecer do Conselho Fiscal, destacando: solicitação dos balancetes de setembro a dezembro de 2025; fechamento do sistema SIAM; adequações à Resolução CMN nº 5.272/2025; questionamentos acerca do Certificado de Regularidade

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Previdenciária – CRP; informações sobre a reforma interna da sede; e participação de conselheiros em congressos e eventos técnicos. Questionado acerca da política de empréstimos consignados, o Diretor Financeiro informou que sua implementação será retomada após a obtenção da certificação no Pró-Gestão, o que foi confirmado pelo Diretor-Presidente. Em relação ao CRP, foi informado que o RPPS encontra-se sem o certificado desde novembro de 2025, em razão da necessidade de efetiva implantação da previdência complementar pelo Município, medida indispensável à regularidade previdenciária.

O Diretor-Presidente apresentou a Controladora nomeada da Paranaguá Previdência, a servidora efetiva Karina Rodrigues Policarpo Pereira, que apresentou o calendário anual de auditorias internas, estruturado conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contemplando ações de controle, acompanhamento e avaliação de riscos. Ficou deliberado que o calendário será encaminhado aos conselheiros para apreciação e posterior aprovação, devendo o andamento das ações ser apresentado bimestralmente ao Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Mariza Voi Frezzatti_____, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos.

Paranaguá, 29 de janeiro de 2026.

Conselho de Administração

Paulo Charbub Farah – Presidente
Representante do Sindicato

Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente
Representante do Poder Legislativo

Bruno Alves da Cunha de Oliveira
Representante do Poder Executivo

Janete Isabel Passos
Representante do Sindicato

Leão Salomão Neto
Representante do Poder Executivo

Sonia Regina de Araujo
Representante do Sindicato

Ali El Kadri
Diretor Presidente da Paranaguá Previdência

Sidnei França dos Santos
Diretor Financeiro